



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PRAIA GRANDE, COMPED-PG REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2018, ÀS 15:00H, NA CASA DOS CONSELHOS DE PRAIA GRANDE, RUA XAVANTES, 51 – TUPI - PRAIA GRANDE -SP**

“Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, foi realizada a reunião ordinária dos membros do conselho COMPED – PG, para tratar da seguinte pauta: **1. ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE OFICINA ORTOPÉDICA EM PRAIA GRANDE e 2. INFORMES.** Abrindo os trabalhos, às quinze horas e quinze minutos, a reunião contou com a presença dos conselheiros **Joilson Marcondes Alves, Rosangela Tobias de Oliveira, Maria Rosemar da Silva e Washington Kenede Miranda** representando as pessoas com deficiência, **Giselda Amélia Teodora** representando a SEDUC - Secretaria de Educação Praia Grande , **Lucimara Patrícia Patti** representando a SESAP - Secretaria Saúde Pública de Praia Grande e **Mariam Mian Bouchnak** representando a SEEL – Secretaria de Esporte e Lazer de Praia Grande, os senhores Luiz Antônio Mergulhão e Luiz Antônio Farias participaram como visitante e a Doutora Karla Regina dos Santos Ribeiro responsável pelos assuntos jurídicos da Casa dos Conselhos conforme lista de presença anexa a esta Ata. O presidente Joilson iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e solicitou aos presentes que se apresentasse para que todos pudessem se conhecer. Após a explanação de cada um dos presentes e em seguida abordamos o primeiro item da pauta, estudo de implantação de oficina ortopédica em Praia Grande. O presidente Joilson iniciou o assunto explicando a necessidade de uma oficina ortopédica no município, mas que o COMPED-PG está estudando de forma minuciosa para que este conselho possa pleitear com conhecimento a viabilidade da implantação de mais este aparelho público, para que possa minimizar a situação dos usuários de OPM em nosso município. A vice – presidente do conselho Lucimara Patrícia Patti explicou a situação das OPMs na região dos 9 municípios e explanou sobre a sua participação no Grupo Condutor Regional, um grupo que reúne representantes das cidades da região para discutir as questões de saúde e encaminhar aos municípios as demandas discutidas. Patrícia explicou que desde 2012 foi iniciado o plano regional da pessoa com deficiência, e que embora ela começasse a participar do grupo condutor apenas em 2015, em 2012 eles já realizavam este trabalho, tudo pautado na política nacional da pessoa com deficiência, e então veio a portaria 793 que embasa o CER e as oficinas ortopédicas pelo Ministério da Saúde. Patrícia ainda explica que, pela portaria o CER tem que ser regional, não existe CER municipal assim como as oficinas ortopédicas, e então o plano regional da pessoa com deficiência dividiu os 9 municípios em duas grandes áreas, o primeiro acordo era que Santos e Praia Grande tivesse um CER. Santos atenderia seus municípios e as cidades de São Vicente, Guarujá, Bertioga e Cubatão e Praia Grande além de seus municípios atenderia as cidades de Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe. Diante desse plano, houve cortes de verba na saúde e apenas Praia Grande conseguiu construir o CER sendo que o plano tinha como objetivo de implantar o CER 2 em Praia Grande e outro CER 2 em Santos, a oficina ortopédica não estava sendo discutida até então, por que, quem oferecia as OPMs era o Instituto Lucy Montoro, que quando veio para a região não estava no plano regional, e por questões políticas foi inaugurado sem dialogar com as cidades da região para saber as suas demandas. O Instituto Lucy Montoro foi construído e então ficou acordado que existiria o CER 2 em Praia Grande e Santos e o Instituto Lucy Montoro ficaria com a demanda das OPMs. Até 2015, o Instituto Lucy Montoro oferecia OPM para todos, porém ainda em 2015 o Instituto Lucy Montoro veio com um decreto da própria instituição dizendo que não ofereceria mais as OPMs e que apenas oferecia tecnologia para quem estivesse em reabilitação e assim as cidades da região ficaram sem acesso as OPMs, oferecendo apenas para crianças até 7anos sendo só com deficiência física e não podendo ter deficiência intelectual associada e para adultos com lesão no máximo de até 2 anos. Por exemplo, o



## Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência Praia Grande

Joilson nesse caso não seria atendido. O decreto do Instituto Lucy Montoro estava amparado e não havendo o que fazer o grupo condutor regional começou a articular outra possibilidade para ter a oficina ortopédica, estudando as políticas do segmento, portaria 793 e entre outros. O ministério da saúde oferece apenas R\$ 54.000,00 para manutenção ao município que tiver a oficina na região, mas acontece que os municípios, não possuem o investimento inicial, por conta disso o COMPED-PG esta tentando levantar argumentos suficientes para mostrar para a prefeitura e região que é necessário a oficina e que talvez não tenha tanto prejuízo e que a oficina ortopédica pode ser viável. Patti relatou que o grupo condutor estudou a possibilidade de fazer parceria com a Casa da Esperança, mas, por conta de outros interesses da instituição, não foi possível. O visitante Luiz Antônio Mergulhão que foi técnico na confecção de prótese pela A.A.C.D. em São Paulo, atualmente esta aposentado é morador de Praia Grande, contribuiu com algumas questões técnicas sobre produtos ortopédicos e perguntou a Lucimara se já havia a quantidade da demanda no município ou na região. A conselheira informou que há uma estimativa, mas que não é um dado oficial. O presidente Joilson explicou sobre as questões judiciais impetradas pela justiça para que o órgão público atenda um munícipe que necessita de algum tipo de OPM e cadeira de rodas e entre outros. O processo não é rápido, por que o órgão público tem que seguir as regras das leis para aquisição de qualquer produto ou serviço e ainda, dependendo do produto, tem que ter o máximo de informação e conhecimento possível do determinado produto para que possa atender. O visitante Mergulhão propôs aos conselheiros presentes a possibilidade da prefeitura fazer parcerias com instituições que possa atender as demandas municipais usando a verba SUS. Os conselheiros entenderam que a proposta é interessante, mas que é necessário estudar a parte jurídica para saber se é possível. A doutora Karla Regina dos Santos Ribeiro se propôs a ajudar a estudar as legislações locais para orientar o COMPED-PG nesta situação. Antônio Mergulhão ressaltou que os técnicos não são tão fáceis de encontrar no mercado e que seria interessante a criação de uma oficina ortopédica escola, para formar profissionais na área e que não é necessário um espaço físico muito amplo para a instalação. Patti concordou com o técnico e informou que já há lei para a instalação da oficina ortopédica e que os equipamentos básicos são investimento de custo acessível. Ao final da reunião já no segundo item da pauta, os informes o presidente Joilson informou que quando for marcada a reunião do Conselho da Educação, os conselheiros que puderem comparecerem será de grande valia para o COMPED-PG e distribuiu o livreto da LBI – Lei Brasileira de Inclusão doados pela Deputada Federal – PSDB-SP Mara Gabrilli para os presentes. A próxima reunião ordinária do COMPED-PG será no dia 11 de junho de 2018 as 15:00h na Casa dos Conselhos de Praia Grande, Rua Xavantes, 51 – Tupi - Praia Grande - SP. Não tendo nada mais a ser tratado nesta reunião o presidente agradeceu a presença de todos e às 17h00 min. deu por encerrada a reunião ordinária do COMPED – PG.

**ROSANGELA TOBIAS DE OLIVEIRA**

1ª Secretária do COMPED – PG

**LUCIMARA PATRÍCIA PATTI**

Vice-presidente do COMPED – PG

**JOILSON MARCONDES ALVES**

Presidente do COMPED – PG